

entre linhas

Ano XVI
Número 72
Jan-Fev-Mar-Abr 2016



PSICOLOGIA NA GESTÃO: CONCILIANDO INTERESSES, MEDIANDO RELAÇÕES

Na coordenação de serviços públicos de saúde, serviços de Psicologia ou áreas de recursos humanos, o/a psicólogo/a atua como gestor/a, conciliando interesses e mediando relações interpessoais. De que forma o/a psicólogo/a, como um/uma profissional da saúde, pode contribuir para a prevenção do sofrimento em saúde mental ligado ao trabalho?

Meu CRP

Conheça nova área do site do CRPRS, que permite atualização de cadastro, emissão de boletos, certidões e outros serviços online.

pág. 13

Ocupação em Brasília

CRPRS apoia movimento de ocupação que pede a exoneração do coordenador de saúde mental Valencius Wurch Duarte Filho.

pág. 16

Ser psicólogo/a e assumir um cargo de gestor/a é desafiador. Apesar da formação ainda ser muito focada para a atuação na Clínica, o desenvolvimento de novos campos de trabalho exige, cada vez mais, que o/a profissional da Psicologia atue conciliando interesses e mediando relações. Nos serviços públicos de saúde, nas áreas de recursos humanos, nos serviços de Psicologia, o/a psicólogo/a busca contribuir para a prevenção do sofrimento em saúde mental e, ao mesmo tempo, conduzir equipes de trabalho de uma forma diferenciada por ser um/a profissional da saúde. Nesta edição, profissionais de diferentes áreas que atuam em cargos de gestão compartilham suas experiências, descrevendo desafios e conquistas.

Neste EntreLinhas, apresentamos também novos canais de comunicação com a categoria, que buscam maior aproximação com psicólogos/as de todo o estado. O serviço gratuito de atendimento pelo 0800.001.0707 já pode ser utilizado pela categoria para receber orientações e esclarecer dúvidas sobre o exercício profissional. A Ouvidoria do CRPRS está à disposição para receber manifestações e buscar soluções para cada caso, visando ao aprimoramento do processo de prestação de serviço. As formas de contato com a Ouvidoria estão divulgadas em crprs.org.br/ouvidoria. Já o Meu CRP é uma nova área do site do Conselho, que permite a realização de serviços online, permitindo atualização de cadastro, emissão de boletos e certidões e divulgação das áreas de atuação dos/as psicólogos/as.

Lembramos que esta edição do EntreLinhas está disponível no site do CRPRS com conteúdos extras. Acesse crprs.org.br/entrelinhas72 e confira!

Divulgação de atividades

→ Instituições interessadas em divulgar cursos e eventos destinados a psicólogos/as em veículos de comunicação do CRPRS devem solicitar a divulgação em crprs.org.br/solicitardivulgacao. As atividades cadastradas passam por análise da Área Técnica do Conselho e, se aprovadas, são publicadas na Agenda de Atividades de Outras Instituições no site, na newsletter do CRPRS e, conforme data de realização da atividade, no EntreLinhas.

Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão Editorial: Alexandra Campelo Ximendes, Ana Paula Denis Ferraz, Bruna Osório Pizarro, Letícia Giannechini.

Jornalista Responsável:
Aline Victorino – Mtb 11602

Estagiário de Jornalismo:

Juliano Zarembski

Redação: Aline Victorino e

Juliano Zarembski

Relações Públicas:

Belisa Giorgis / CONRERP/4-3007

Nadia Miola / CONRERP/4-3008

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede:

Av. Protásio Alves, 2854/301

Porto Alegre

CEP: 90410-006

Fone/Fax: (51) 3334-6799

crprs@crprs.org.br

Subsede Serra:

Rua Coronel Flores, 749/505 – Caxias do Sul

CEP: 95034-060

Fone/Fax: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

Subsede Sul:

Rua Barão de Santa Tecla, 583/406

Pelotas

CEP 96010-140

Fone: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

Subsede Centro-Oeste:

Rua Mal. Floriano Peixoto, 1709/401

Santa Maria

CEP: 97015-373

Fone/Fax: (55) 3219-5299

santamaria@crprs.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Tavane Reichert Machado

Ilustrações: Núcleo Urbanoide

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 16.000 exemplares

Distribuição gratuita

www.crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

VOCÊ MAIS PRÓXIMO/A DO CRP.

0800 001 0707

Ampliando as formas de contato dos/as psicólogos/as com o Conselho, o **CRPRS** lança o **serviço gratuito de atendimento via telefone**. Através do **0800**, psicólogos/as de todo o estado podem receber orientações e esclarecer dúvidas sobre o exercício profissional. **Ligações dentro da área 51 devem ser feitas de um telefone fixo**. Para as demais regiões, as ligações podem ser feitas de celular ou telefone fixo.



CRP
RS

CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Sumário

05	FIQUE ATENTO	16	REPORTAGEM	24	NOTA
06	REPORTAGEM PRINCIPAL		<i>Militantes da luta antimanicomial ocupam Coordenação de Saúde Mental em Brasília</i>		<i>Ações do Núcleo do Sistema Prisional acerca do trabalho e os diferentes modos de atuação dos/as psicólogos/as no contexto penal</i>
	<i>Psicologia na gestão: conciliando interesses, mediando relações</i>		<i>Nossa experiência contra o retrocesso</i>		
	<i>Gestão na Saúde Pública</i>		<i>Importância do ato</i>	25	RELATO DE EXPERIÊNCIA
	<i>Psicologia Organizacional e do Trabalho</i>		<i>Carta à presidente Dilma Rousseff</i>		<i>Clínica da Infância</i>
	<i>A Psicologia preparando gestores/as</i>		<i>Manifestações durante o Fórum Social Mundial</i>	26	CREPOP
	<i>Gestão no CRPRS</i>	20	ENTREVISTA		<i>Psicologia, Política e Estado em ano de eleições</i>
13	ESPECIAL		<i>Pela vida das mulheres</i>	27	ORIENTAÇÃO
	<i>Meu CRP: conheça nova área do site do CRPRS</i>				<i>Parecer do CRPRS sobre avaliação psicológica</i>
				28	AGENDA

CRPRS lança serviço de Ouvidoria

→ Buscando ampliar as formas de comunicação dos/as psicólogos/as e da sociedade, o CRPRS lança o serviço de Ouvidoria. Por telefone, e-mail, correspondência ou presencialmente o funcionário responsável pelo serviço dará o encaminhamento condizente com cada situação, preservando o sigilo sempre que necessário.

A Ouvidoria do CRPRS está aberta a elogios, denúncias, reclamações e pedidos de informações de qualquer tipo relacionados às atividades do Conselho.

Acesse crprs.org.br/ouvidoria e saiba mais.

Formas de contato com a Ouvidoria do CRPRS.

>> Telefone

Ligação gratuita 0800.002.0707 - de segunda a sexta-feira, das 9h às 13h e das 14h às 17h.



>> E-mail

ouvidoria@crprs.org.br

>> Correspondência

Ouvidoria do Conselho Regional de Psicologia do RS

Av. Protásio Alves, 2854/301 – Petrópolis

Porto Alegre/RS

CEP 90410-006

>> Pessoalmente

Na sede do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854/301) em Porto Alegre/RS

9º Congresso Nacional da Psicologia

→ A cada três anos, o Sistema Conselhos de Psicologia promove o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima que discute e delibera políticas prioritárias para os próximos três anos, ou seja, para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal. Em 2016, acontecerá o 9º CNP, de 16 a 19 de junho, em Brasília.



O CNP permite que todos/as os/as profissionais da Psicologia contribuam com sugestões de ações, elejam prioridades, apresentem propostas que visem ao fortalecimento e ao crescimento da profissão. É, portanto, resultado de amplo processo democrático. Participam do CNP os/as delegados/as eleitos/as nos Congressos Regionais da Psicologia que, por sua vez, são eleitos/as nos Pré-Congressos, que acontecem em diferentes cidades. O 9º Congresso Regional da Psicologia (COREP) será realizado em Porto Alegre nos dias 29 e 30 de abril de 2016. Acesse crprs.org.br/cnp e saiba mais.



Mobilize-se para o 9º Congresso Nacional da Psicologia alterando sua foto de perfil nas redes sociais com o twibbon disponível em <http://twibbon.com/support/9-cnp>.

Inscrições de chapas para concorrer à Gestão 2016-2019

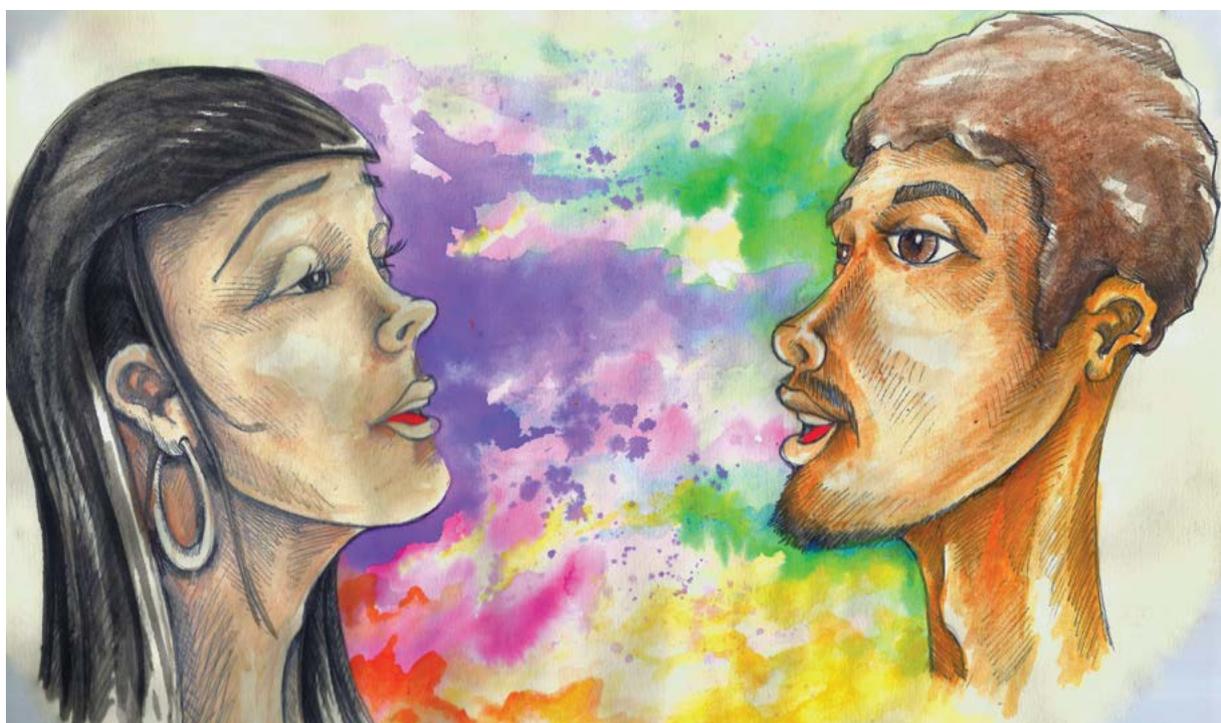
→ Psicólogos/as interessados/as em integrar a próxima gestão regional devem organizar-se para a inscrição de chapas até as 18h de 30/04, data em que será realizado o Congresso Regional de Psicologia do CRPRS, em Porto Alegre. A chapa deverá conter os nomes de 15 conselheiros/as titulares e 15 conselheiros/as suplentes, conforme requisitos dos artigos 8º e 9º da Resolução do CFP nº 04/2015, disponível em crprs.org.br/resolucoes.

As eleições serão realizadas por internet e correspondência, conforme regramento que será divulgado em breve. O voto é pessoal e obrigatório.

Transparência

→ O CRPRS disponibiliza em crprs.org.br/transparencia informações sobre o funcionamento da gestão e da administração da autarquia, atendendo à Lei nº 12.527/11 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e instrução do Conselho Federal de Psicologia. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas pela categoria e sociedade. Acesse e confira.

Psicologia na gestão: conciliando interesses, mediando relações



Márcia Ziebell Ramos – Psicóloga, mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. É Psicóloga contratada e chefe do Serviço de Psicologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Na coordenação de serviços públicos de saúde, serviços de Psicologia ou áreas de recursos humanos, o/a psicólogo/a atua como gestor/a, conciliando interesses e mediando relações interpessoais.

Em um hospital, por exemplo, a coordenação do serviço de Psicologia trabalha para que a inserção do/a psicólogo/a nas equipes possa ser legitimada. Isso se dá por meio da “compreensão do fazer, do zelo pelas responsabilidades éticas e profissionais do psicólogo, pela escuta e co-

municação efetiva e pela atenção ao grupo e às particularidades de profissionais das diferentes equipes de trabalho e dinâmicas institucionais”, explica **Márcia Ziebell Ramos**. Chefe do Serviço de Psicologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Márcia define esse trabalho como desafiador. “Assim como nossa formação nos dá subsídios para a compreensão dos processos institucionais e grupais, o exercício da gestão pode nos demandar posicionamentos implicados na perspectiva do instituído.

Desse modo, a constante análise da implicação passa a ser nossa ferramenta diária de trabalho”.

Márcia relata que sua trajetória profissional foi construída com enfoque na saúde do trabalhador, na psicologia social, institucional e dos grupos e na psicologia hospitalar. “A cultura e a dinâmica do hospital possibilitaram que, aliada à experiência profissional assistencial, houvesse a minha inserção em programas e grupos de trabalho com diferentes enfoques e temáticas. Assim, pude ampliar a compreensão dos processos institucionais e a interface com as diferentes áreas do hospital”. Para ela, a supervisão e o tratamento pessoal, bem como a possibilidade de estar vinculada, ao longo de sua trajetória, a uma equipe de psicólogos/as, foi suporte importante para os desafios do trabalho multidisciplinar diário no hospital. “Entendo que chegar a esse cargo foi decorrência deste conjunto: formação, experiência e pertença a um grupo”. Márcia cita alguns desafios do trabalho: estabelecer a interface e a comunicação com outras áreas, traduzindo os resultados do trabalho do/a psicólogo/a, e lidar como gestora com a dinâmica do grupo de trabalho e com os jogos e relações de poder potencializados/disparados pelo lugar de gestão são desafiadores.

Nilvia Garcia, gerente de recursos humanos da Souza Cruz, acredita que o/a psicólogo/a, como gestor/a, consegue avaliar melhor o impacto das ações nas pessoas. “Deve ter esse olhar bem atento, com sua equipe e com toda a empresa,

auxiliando demais gestores que não têm essa formação. Entendo que o psicólogo também tem que saber ouvir o que não é dito e ler no ambiente aquilo que não está claro, pois a nossa formação nos dá ferramentas para entender o contexto e poder atuar”. Para Nilvia, é ouvindo, acolhendo e dando feedback que o/a psicólogo/a contribui para desenvolver, genuinamente, as pessoas.

Como gestor/a, o/a psicólogo/a conduz suas equipes de trabalho, “cuidando da qualidade da comunicação e relacionamento interpessoal, para alcançar a realização dos projetos da gestão”. É o que destaca **Marta Nileni Alves Gomes**, psicóloga da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedica). À frente do Cedica, tem a oportunidade de facilitar a construção de práticas democráticas e coletivas, buscando políticas que atendam aos direitos de crianças e adolescentes. “É coordenar as reuniões de trabalho, as plenárias de forma que todos/as os/as participantes tenham clareza dos objetivos das pautas tratadas, dos prazos esperados e que todos os conselheiros tenham possibilidade de expressar suas ideias e questionamentos. É acompanhar o desempenho das comissões operacionais, facilitar a elaboração e execução do plano de ação do conselho. Também, é mediar situações de conflitos que ocorrem e lembrar que ações ou omissões do nosso fazer enquanto conselheiros refletem direto na vida de crianças e adoles-

Nilvia Garcia
– Psicóloga, pós-graduada em Dinâmica dos Grupos- SBDG/ FATEC. É gerente de recursos humanos da Souza Cruz S/A.

Marta Nileni Alves Gomes – Psicóloga, especialista em Gestão Pública. É servidora da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS) e presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica/RS).

reportagem principal

Alessandra Gamermann
– Psicóloga,
coordenadora de
Saúde Mental da
4ª Coordenadoria
Regional da Saúde
(Santa Maria).

Marília Bianchini
– Psicóloga,
coordenadora de
Saúde Mental da
15ª Coordenadoria
Regional da Saúde
(Palmeira da
Missões).

centes”. No Cedica tem o papel de mediar a relação entre Estado e sociedade civil e enfrentar os tensionamentos que fazem parte da discussão dessas políticas públicas. Como psicóloga e gestora, Marta busca formas de comprometer todos/as com a garantia dos direitos humanos, com o cumprimento do que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente. “Meu papel é também fazer os encami-

nhamentos necessários para executar o que é deliberado pelo Conselho, sem perder prazos, mesmo quando os recursos humanos são poucos”, afirma. Como psicóloga na Fase e gestora no Cedica, Marta tem a oportunidade de articular a rede de proteção, de auxiliar nas reflexões sobre o que as crianças e os adolescentes precisam e de dar maior visibilidade àqueles que estão internos.

Gestão na Saúde Pública

A psicóloga **Alessandra Gamermann** é coordenadora de Saúde Mental da 4ª Coordenadoria Regional da Saúde, região que abrange 32 municípios. “Meu trabalho como gestora requer o conhecimento técnico sobre a saúde mental e o conhecimento administrativo do sistema de saúde pública. A formação em Psicologia possibilita o conhecimento das diferentes psicopatologias, assim como os possíveis tratamentos e as dificuldades que os pacientes têm em segui-los, a importância do envolvimento da família e a integração com a sociedade. Esse conhecimento é usado na gestão para pensar em estratégias de melhorias nos suportes e serviços de saúde mental”.

Para Alessandra, a Psicologia exerce um importante papel ao sensibilizar outros profissionais para que o trabalho em saúde mental esteja voltado a ajudar as pessoas. “Todo o trabalho é pensado na singularidade de cada usuário e em

o que a rede pode fazer para melhorar o seu acompanhamento”. De acordo com ela, a área da saúde mental ainda sofre muitos preconceitos por parte da sociedade em geral, e os gestores devem lutar contra isso. “As trocas de gestão que ocorrem após as eleições exigem adaptações, tornando mais lenta a evolução de alguns processos. Também há a possibilidade de interesses políticos diferentes interferirem no andamento do planejamento realizado”. Outro desafio apontado por Alessandra é gerir a saúde mental com a disponibilidade limitada de recursos para investir na área, como a ampliação da estrutura de atendimento e a realização de projetos.

À frente da coordenação de Saúde Mental da 15ª Coordenadoria de Saúde, **Marília Bianchini** resalta a importância de o/a psicólogo/a contribuir com seu potencial reflexivo na análise das evidências para a tomada de decisão. “Uma

mesma informação pode ter sentidos diferentes para os diferentes atores. Nesse aspecto, o olhar do psicólogo sobre os fenômenos é singular e, somado aos demais olhares e saberes de outros campos e núcleos, contribui para uma análise mais complexa e para a criação de estratégias e gestão de processos capazes de incidir sobre aspectos da realidade em questão". Para Marília, fazer Psicologia como gestora significa utilizar seu conhecimento técnico e olhar diferenciado sobre a realidade na composição das decisões. "É, no cotidiano do trabalho, questionar sobre os problemas que se apresentam e que demandam intervenções de forma complexa, evitando reduções dos fenômenos a explicações simplistas. É se perceber nos processos enquanto ator que compõe o cenário e, por isso, deve estar atento à sua implicação nos mesmos. É não economizar na escuta, no estudo, na ética".

A carência de ferramentas de gestão é apontada como um dos principais desafios dos/as psicólogos/as responsáveis por serviços de saúde. "Faltam indicadores de saúde que auxiliem no acompanhamento, monitoramento e avaliação da saúde mental regional. Os dados disponíveis nos sistemas de informações são escassos e, muitas vezes, não dialogam com as especificidades regionais". Marília destaca o trabalho que vem sendo feito para a construção de base de dados e informações que auxiliem na montagem de cenário regional e permitam construir estratégias para o acompanhamento e efetivação das linhas

de cuidado, contribuindo para a melhora da saúde da população.

Coordenando um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas de Jaguari, a psicóloga **Daiana Schneider Vieira** acredita que seu principal papel, como gestora de um serviço público, é o de articular com as demais políticas públicas, instituições, serviços e com aqueles que ocupam cargos hierarquicamente superiores. "É muito difícil executar qualquer tipo de trabalho sem haver articulação entre os demais serviços que compõem a rede local". Nesse contexto, é preciso driblar as dificuldades econômicas, de infraestrutura e falta de profissionais para e, ainda assim, dar conta da grande demanda de trabalho, principalmente com questões envolvendo processos judiciais e situações graves de violação de direitos. Daiana ainda cita a dificuldade em montar equipes com profissionais que tenham conhecimento da política de assistência social e que estejam comprometidos técnica e eticamente com suas atribuições.

Apesar de não ser o ideal, Daiana acumula duas funções no Creas: atua como técnica, atendendo aos usuários, e como gestora. "Essa interface é bastante desafiadora, pois, ao mesmo tempo em que eu conheço 'de perto' as dificuldades para a execução do trabalho técnico, que necessitariam, por exemplo, de mais investimento financeiro; por outro lado, tenho a dimensão da quantidade de recursos financeiros e materiais de que dispomos, os quais, em geral, não são suficientes para a demanda dos serviços".

Daiana Schneider Vieira – Psicóloga na prefeitura de Jaguari/RS, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) e psicoterapeuta.



SAIBA MAIS:
Em novembro de 2015, o CRPRS participou do II Seminário "Meu Trabalho Está Me Enlouquecendo", realizado em Caxias do Sul. Acesse <http://bit.ly/1NU6rKa> e assista ao vídeo dos principais momentos deste evento.

Fabiane Konowaluk Santos Machado
– Psicóloga, pós-doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (Nest/UFRGS).



LEIA MAIS:
Leia o artigo “Novas demandas, velhas questões: o eterno debate entre a Psicologia Organizacional e do Trabalho” de Fabiane Konowaluk Santos Machado.



PARTICIPE
O GT Psicologia, Trabalho e Organizações que se reúne na sede do CRPRS e o GT Psicologia do Trabalho da Subsele Serra promovem reuniões mensais. Acompanhe a agenda em crprs.org.br/atividades e participe, ampliando a discussão.

Psicologia Organizacional e do Trabalho

Para a psicóloga **Fabiane Konowaluk Santos Machado**, o caráter multifacetário da atuação do/a psicólogo/a no âmbito do trabalho e das organizações está relacionado à gestão do trabalho humano. “Independente de correntes teóricas, práticas ou olhares sobre o trabalho, a gestão tem se imposto de uma forma muito presente. A gestão de pessoas tem se apresentado como um campo fértil de atuação profissional, mas também estamos sendo convocados a pensar de que forma podemos contribuir para a diminuição, proteção e prevenção do sofrimento em saúde mental ligado ao trabalho”. É nesse ponto que a Psicologia diferencia-se de outras áreas, já que o/a psicólogo/a é um profissional da saúde.

Fabiane acredita que gerenciar também é proteger, visto o compromisso ético-político da profissão: “Em um momento em que a profissão discute suas práticas profissionais voltadas à garantia de direitos, ao protagonismo social e à preservação do exercício de cidadania, cabe a nós, psi-

cólogos, pensarmos de que forma estamos preparados para essas questões, que instrumentais nossa profissão desenvolveu e ainda necessita desenvolver”. Para ela, psicólogos/as devem refletir sobre como, em sua atuação, aproximam-se e distanciam-se de suas bases de formação. “Frequentemente vemos colegas que acabam abrindo mão de sua identidade profissional por trabalhar no âmbito gerencial do trabalho humano, reportando não terem mais identificação com os instrumentais da profissão. Decorrem daí ações que podem sim nos afastar em definitivo dos preceitos recebidos durante a graduação, mas fico me perguntando sobre as questões éticas implicadas neste processo, transversal à nossa atuação em qualquer âmbito profissional. Seja em trabalho registrado ou não, remunerado ou não, formalizado ou não, no ‘chão de fábrica’ ou nos mais diversos espaços sociais que se apresentam ao psicólogo como possibilidades de espaço profissional, como estamos lidando com isso?”.

A Psicologia preparando gestores/as

Ainda muito voltada ao/a psicólogo/a que irá atuar na Clínica, de forma individual, a formação em Psicologia ainda é muito deficitária. “Ele precisa juntar todas as ‘ferramentas’ que recebeu no curso de

Psicologia, que o habilitam a entender e a lidar com o ser humano, e fazer uso disso de forma ética com o propósito de desenvolver as pessoas”, afirma Nilvia.

Para Alessandra, mesmo os/as psicó-

logos/as clínicos/as, por exemplo, devem saber administrar seus consultórios. “Infelizmente, esse olhar ainda falta na formação, criando certas dificuldades quando se vai para o mercado de trabalho”. Para encarar os desafios desse lugar de gestores/as, os/as psicólogos/as acabam buscando uma formação complementar, como as residências multiprofissionais, as especializações, os mestrados, entre outros.

Daiana destaca a necessidade de se ampliar o número de espaços voltados a isso na formação, principalmente diante da expansão de equipamentos do SUS e do SUAS e do lugar do/a psicólogo/a dentro das equipes de referência e nas coordenações dos serviços.

É contribuindo para que outros/as gestores/as tenham essa capacidade de desenvolver pessoas que a psicóloga **Elis Regina Pôncio** trabalha. Para ela, a disponibilidade do exercício diário de autorrespeito, de respeito às diferenças e de respeito ao outro, como indivíduo único e singular, é fundamental para nortear boas relações, sejam elas pessoais ou profissionais. “Um gestor, tendo como formação base a Psicologia, deve estar atento ao fato de que pessoas, independente do papel assumido na sociedade, se relacionam com pessoas e não com papéis. Ao observar a coerência entre o seu discurso e a sua prática, num exercício constante de desenvolvimento dos valores humanos e de proposição de um ambiente laboral favorável à manutenção da saúde mental, terá maior êxito na otimização do potencial humano, na interação com o funcionário/trabalha-



dor, numa perspectiva não só individual, como social e de grupo, considerando que o mundo do trabalho, seja na esfera pública ou privada, é sempre um contexto de coletividade, de produtividade e de, cada vez mais, competitividade”.

Para trabalhar com essas questões, o gestor deve “possibilitar aprendizado, exercitando com os trabalhadores (chefias/coordenadores e subordinados) soluções e melhorias efetivas e eficazes, bem como melhor convivência grupal, numa constante conscientização da necessidade de se conciliar as competências técnicas com o respeito ao outro e a ética profissional, no contexto das relações de trabalho”, declara Elis.

Como responsável pelo Setor de Desenvolvimento e Qualificação de Pessoas do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Elis tem estudado possibilidades de investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal que formaram a cultura vigente dessa instituição, das relações de trabalho e dos conflitos interpessoais decorrentes delas, para torná-los conscientes, com a finalidade de orientação e educação organizacional.

Elis Regina Pôncio – Psicóloga, analista psicóloga, responsável pelo Setor de Desenvolvimento e Qualificação de Pessoas do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (DRH/Uergs).



Na edição nº 69, o Entrelinhas apresentou entrevista sobre Psicologia, trabalho e organizações. Acesse <http://bit.ly/1mi450Z> para ler.

Gestão no CRPRS

Os/As psicólogos/as que se propõem ao exercício de conselheiro/a dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia tomam para si uma gama de responsabilidades tanto com a categoria quanto com a sociedade.

O CRPRS, os outros 23 Conselhos Regionais do país e o Conselho Federal da Psicologia formam o que chamamos de Sistema Conselhos de Psicologia. É esse coletivo que, ao menos duas vezes ao ano, se reúne para deliberar sobre as atualizações do Sistema e do exercício da profissão em nosso país.

Sendo o Conselho Regional (CR) uma autarquia federal, o/a psicólogo/a que se torna conselheiro/a passa a ser também um/a gestor/a público/a. Tendo o Sistema Conselhos a atribuição de legislar sobre a regulamentação da profissão, o/a psicólogo/a conselheiro/a se responsabiliza por pensar o exercício da Psicologia na sua diversidade teórica e nos múltiplos campos de atuação. É também responsável pela administração pública dos tributos fiscais (anuidade) e, no nosso território, gestor/a de um grupo de quase 40 trabalhadores/as.

O exercício da Psicologia é discutido nesse sistema por meio das diversas comissões, núcleos e grupos temáticos existentes. No caso do CRPRS, de modo mais permanente, nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul e Santa Maria. Com o objetivo de produzir maior aproximação com a categoria, os/as conselheiros/as e funcionários/as do CRPRS têm se deslocado para as mais diversas cidades do esta-

do, por necessidade identificada pela instituição ou a pedido dos/as profissionais.

Todas as ações desenvolvidas pelos Conselhos Regionais são determinadas pela participação da categoria, por meio das diferentes propostas aprovadas no Congresso Nacional da Psicologia, realizado a cada três anos.

Para exercer a função de conselheiro/a, há de se ter, além de disponibilidade de tempo, abertura ao diálogo e ao aprendizado. Os/As conselheiros/as não recebem remuneração e não possuem vínculo empregatício com a instituição.

A Psicologia, cada vez mais, possui um grande e importante reconhecimento por parte da sociedade. Sendo assim, os Conselhos Regionais são convocados, como representantes do seu saber psi, a discutir sobre diferentes acontecimentos e modos de vida da população. Contribui-se com a elaboração de políticas públicas, participação no controle social, avaliação de propostas legislativas entre outras atividades. No entanto, a tomada da categoria desse importante espaço é muito aquém do que se deseja, tanto nas ações cotidianas, como no interesse de poder ocupar a função de conselheiro/a.

A gestão atual, que se nomeou como Mobilização, buscou ao longo desses três anos de gestão estreitar as distâncias, despertar interesse e curiosidades, ampliar e qualificar o acesso aos serviços prestados e, principalmente, manter a ética e a qualidade da Psicologia desenvolvida na nossa região.

Gestão Mobilização (2013-2016)

Meu CRP: conheça nova área do site do CRPRS

Psicólogos/as inscritos/as no CRPRS já podem realizar serviços como atualizar dados de cadastro, informar áreas de atuação, emitir boletos, renegociar débitos ou emitir certidões acessando crprs.org.br/meucrp. A nova área permite também que os/as profissionais autorizem a divulgação no site de dados de contato e áreas de atuação, facilitando a busca do público em geral por psicólogos/as regularmente inscritos/as.

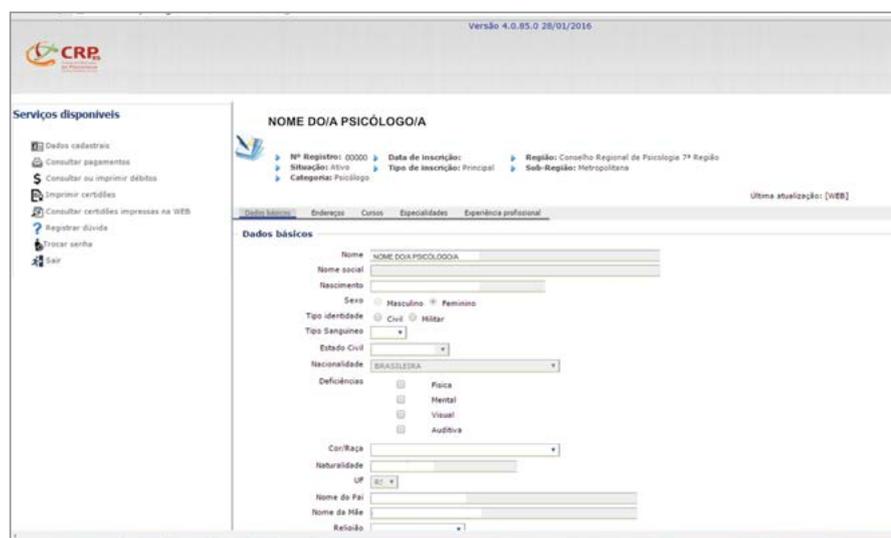
Ao acessar a área Meu CRP, informe se você é Profissional, Público em Geral ou Pessoa Jurídica.



O Público em Geral pode consultar psicólogos/as ativos/as e pessoas jurídicas ativas e canceladas pelo nome, cidade ou área de atuação, por exemplo.

Para acessar seus dados no Conselho, profissionais devem informar CPF e, no primeiro acesso, solicitar uma senha. Após o *login*, é possível selecionar os seguintes serviços:

- Dados cadastrais
- Consultar pagamentos
- Consultar ou imprimir débitos
- Imprimir certidões
- Consultar certidões impressas na web
- Registrar dúvidas
- Trocar senha





Dúvidas, entre em contato com o setor de Cadastro pelo telefone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail cadastro@crprs.org.br.

Dados Cadastrais

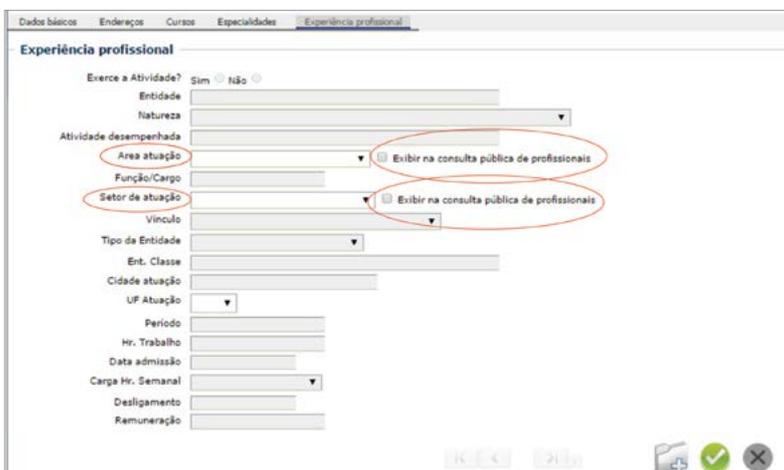
Essa área é subdividida nas seguintes abas: Dados Básicos, Endereços, Cursos, Especialidades e Experiência Profissional.

Em Dados Básicos, o/a psicólogo/a poderá informar e-mail, site e telefones de contato, indicando as informações que devem ser exibidas na internet para o público em geral. Para editar, incluir ou excluir telefones, é preciso clicar sobre o título do campo. O campo celular está restrito a um único número, por isso só é possível incluir um número ou alterar o número de celular já cadastrado.

Nessa área também é possível optar pelo recebimento do EntreLinhas impresso ou digital e pelo recebimento de *newsletter*.

Em Dados Básicos também é possível alterar tipo sanguíneo, informar deficiência, cor/raça, incluir carteira profissional e alterar zona e seção do título eleitoral.

Em Endereços, é possível cadastrar até dois endereços, indicando apenas um para o envio de correspondências. Para alterar um endereço já cadastrado, clique no ícone Editar.



Em Cursos e Especialidades, o/a psicólogo/a tem acesso a informações sobre sua graduação e títulos de especialistas registrados pelo CRP. Esses campos não podem ser editados, mas o título de especialista pode ser exibido na consulta pública, se autorizado.

A área de Experiência Profissional permite o cadastro de áreas e setores de atuação do/a psicólogo/a e autorização para divulgar essas informações na consulta pública.

Após qualquer alteração, é necessário clicar em Salvar na parte inferior da tela.

O CRPRS lembra que mudanças de endereço para correspondência, telefone fixo, celular e e-mail devem ser sempre informadas ao Conselho. As informações de cadastro dos inscritos são fundamentais para a comunicação entre a entidade e o profissional, pois, muitas vezes, o Conselho precisa intermediar a relação do profissional com alguma instituição. A obrigatoriedade é determinada pela **Resolução do CFP nº 005/2001**.

Além disso, esse contato é fundamental para a permanente atualização dos profissionais sobre novas resoluções e orientações técnicas para o exercício profissional e para que o Conselho consiga atender às demandas da categoria.

Experiência profissional

Exerce a Atividade? Sim Não *

Entidade

Natureza

Atividade desempenhada

Area atuação

Função/Cargo

Setor de atuação

Vínculo

Tipo da Entidade

Ent. Classe

Cidade atuação

UF Atuação

Período

Hr. Trabalho

Data admissão

Carga Hr. Semanal

Desligamento

Remuneração

Exibir na consulta pública de profissionais

Exibir na consulta pública de profissionais

ADMINISTRAÇÃO
ARTES E CULTURA
ASSISTENCIA SOCIAL
CLINICA
COMUNICAÇÃO
EDUCAÇÃO
ENSINO / PESQUISA
ESPORTE
JURÍDICA
OUTROS
PUBLICIDADE E MARKETING
RECURSOS HUMANOS
SAUDE
SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
TRABALHO
TRÁNSITO

Certidões

A Certidão de Regularidade, em que consta negativa de processo ético e quitação de anuidades, e a Certidão de Especialista, em que consta a especialidade já registrada no Conselho, também podem ser emitidas pelo crprs.org.br/meucrp, sem custo algum. Basta acessar a área Imprimir certidões.

Consultar pagamentos

Nesta sessão, o/a psicólogo poderá consultar a relação de pagamentos realizados para o Conselho.

Consultar ou imprimir débitos

Psicólogos/as inscritos/as no CRPRS que não receberam pelos Correios o carnê para pagamento da anuidade de 2016 ou que tenham pagamentos pendentes podem emitir boletos pela internet.

Para imprimir boleto, é preciso clicar no ícone da impressora na coluna Boleto, clicando no débito para pagamento, que pode ser à vista ou parcelado.

Nessa área, é possível também renegociar débitos. Selecione o débito para ser renegociado, informe a quantidade de parcelas desejadas, altere a data de vencimento do boleto, se necessário, e faça a simulação dos valores já corrigidos. Para confirmar negociação, clique em Confirma e gera boleto.

O débito que apresentar o ícone da impressora com um "x" indica indisponibilidade para impressão. Nesse caso, o/a psicólogo/a deverá entrar em contato com a Cobrança do CRPRS para regularizar sua situação.

Imprimir boletos

Resumo dos Débitos em R\$

Tip	Ano	Parcela	Moeda	Débito	Vencido	Anulação	Multa	Juros	Pagar	Boleto
ANU	2016	0	Real	429,13	31/01/2016	0,00	0,00	0,00	429,13	X

Renegociar débitos

Para emitir o boleto baseado de um débito, clique no ícone da impressora na coluna "Boleto".
O débito que apresentar o ícone da impressora com um "X" indica indisponibilidade para impressão.

Os boletos são gerados em sistema 2D, portanto é necessário o programa Adobe Acrobat
(Disponível em: <http://www.adobe.com>)



Dúvidas sobre pagamentos e débitos podem ser esclarecidas pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br ou pelo fone (51) 3334.6799

Militantes da luta antimanicomial ocupam Coordenação de Saúde Mental em Brasília



Desde dezembro de 2015, militantes da luta antimanicomial de todo o Brasil ocupam a sala da coordenação geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, em Brasília. Os ocupantes pedem a exoneração do novo coordenador, Valencius Wurch Duarte Filho, indicado ao cargo em dezembro pelo ministro da Saúde, Marcelo Castro. Valencius traz em seu currículo a direção da Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Lá, se legitimava a prática de tortura, eletroconvulsoterapia, isolamento e contenção medicamentosa, que deixa a pessoa sem consciência. A instituição foi fechada por ordem judicial em 2012.

Em 14 de janeiro, marcando um mês da ocupação, mais de mil militantes de todo o Brasil se reuniram em Brasília. A conselheira do CRPRS Tatiane Baggio participou da mobilização destacando a importância de a categoria se unir neste momento para fortalecer a luta contra a lógica do aprisionamento e do isolamento. “Esta é uma luta da Psicologia enquanto profissão. Os/As psicólogos/as em suas regiões devem se mobilizar e não permitir retrocessos na saúde mental”.

As psicólogas Maria de Fátima Fischer e Manuele Montanari Araldi, o psicólogo Matheus Giacomini Palma e os usuários de serviços de saúde mental Denizar Silva, Marlon Farias e Rafael Terreano também participaram da mobilização representando o CRPRS

Nossa experiência contra o retrocesso

Denizar Silva e Matheus Giacomini Palma

Denizar Silva – Presidente da Associação de Familiares, Amigos e Bipolares, usuário e representante do espaço Nise da Silveira.

Matheus Giacomini Palma – Psicólogo, colaborador do CRPRS Centro-Oeste.

Como colaboradores e parceiros do CRPRS fomos convidados para representar o Rio Grande do Sul na ocupação contra o retrocesso em saúde mental, o qual é personificado na figura de Valencius Wurch Duarte Filho, novo coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.

No Rio Grande do Sul, também estamos passando por outra situação semelhante: a nomeação do coordenador de saúde mental do estado, o médico psiquiatra Luiz Coronel. Semelhante a Valencius, Coronel também representa uma figura a favor dos manicômios e isso é um problema extremamente grave, não somente por fugir de uma proposta holística de cuidado, mas também por nosso estado representar historicamente o pioneirismo na implementação de uma nova política pública antimanicomial.

Ao chegar ao destino, nos deparamos com a multiplicidade de usuários, profissionais, familiares e representantes de outras instituições públicas e privadas. Percebemos que o que estava acontecendo diferia de um evento, tudo consistia em um movimento de resistência, uma ocupação. O manifesto estava muito bem organizado. De maneira alegre, os “ocupantes”, a partir das músicas infantis, cantavam em ciranda adaptações contra o novo coordenador. Várias propostas de atividades eram realizadas, as quais promoviam um melhor ambiente de troca e aprendizado.

Outro ponto de extrema importância, que difere totalmente de manifestos

das correntes de pensamento mais ortodoxas, é a construção em conjunto com usuários. Já não é novidade a posição de algumas classes que discursam que os usuários são deixados “expostos” em tais eventos ou ocupações. Pensamos que esse tipo de comentário é fundamentado em má fé ou em uma “miopia cerebral”, pois os usuários presentes demonstraram-se totalmente fortalecidos e aptos a clamar pelo seu desejo de cuidado, autonomia e liberdade.

Esse fortalecimento dos usuários é um dispositivo muito potente, pois, além de se afirmarem como sujeitos e não somente como mais um número, eles quebram com o estigma da incapacidade, da loucura e da marginalidade. Outra forma de manifestação que encontramos foi o microfone livre, em que vários usuários e profissionais deram voz não somente aos seus sentimentos particulares, mas demonstravam uma fala de representatividade.

No momento que nos reunimos para realizar uma passeata, o tempo parecia estar a favor do novo coordenador e começou a chover. Porém, mesmo com a chuva, os manifestantes não imitaram o rumo da política de saúde mental de Valencius, isto é, dar passos para trás. Munidos de várias faixas, cartazes, instrumentos musicais, demonstramos nossa indignação na passeata, com passos para frente em busca de retirar o representante que não nos representa.

Nosso objetivo em Brasília foi representar o Sul de nosso país, hoje cami-

nhando em passos curtos, mas esperamos que em nível nacional o andarilho só aumente seu passo rumo a uma política de saúde mental ética, pautada no ver-

dadeiro cuidado e não num movimento retrógrado aliado de empresas e interesses políticos (no sentido mais pobre dessa expressão).

Importância do ato

Marlon Farias

Marlon Farias
Militante da Luta
Antimanicomial

A passeata estava muito show de bola. Pra mim, é espetacular. Eu estava representando duas associações: a Associação Arte Cultura Nau da Liberdade e a Associação Construção da Economia Solidária. As passeatas, as assembleias estavam muito boas para podermos defender a luta antimanicomial e também a reforma psiquiátrica do Brasil.

O que as manifestações queriam mostrar:

- Queríamos mostrar o que é a luta antimanicomial e o que é a cultura através da marcha dos usuários, das passeatas, dos cartazes, para nós botarmos o Valencius para fora. Para poder "correr" o Valencius.

Medo de cortes em ações culturais para usuários de saúde mental:

- Nós fizemos o protesto para acabar com os manicômios, através da reforma, e também manifestamos em vários lugares, não apenas em Brasília, como na Assembleia Legislativa do RS, no Mental Tchê e na Parada do Orgulho Louco. Nesses eventos nós estamos para defender a Associação Arte Cultura Nau da Liberdade.

Por que o manicômio é ruim para usuários de saúde mental:

- Porque os pacientes ficam presos, como se fosse um presídio. A gente tem que lutar por direitos. Nós temos as próprias pernas, nós temos a própria mente e os próprios braços para fazer as coisas.

O que pensaram quando souberam que Valencius iriam coordenar a Política Nacional de Saúde Mental:

- Ficamos com medo de que o Valencius faça mal para nós. Ele dirigiu um manicômio mal. É a mesma coisa que o Luiz Coronel, que é muito hipócrita. Estamos lutando por direitos.

Principais ações para manifestar contra nomeação do Valencius:

- Levamos cartazes por escrito para poder fazer o protesto contra o Valencius, "fora, Valencius", através das manifestações, das passeatas, das assembleias, próximo da Dilma. Com chuva e tudo, nós fizemos o protesto.

Carta à presidente Dilma Rousseff

O CRPRS encaminhou carta à presidente Dilma Rousseff solicitando o pedido de exoneração de Valencius Wurch Duarte Filho do cargo de coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

No documento, o Conselho afirma que essa nomeação representa a decadência das formas de cuidado e uma agressão direta aos avanços da saúde mental reconhecidos nacional e internacionalmente. Um dos grandes desafios da Psicologia para construir uma sociedade mais democrática e igualitária é o avanço das políticas públicas de saúde.

Acesse crprs.org.br e confira documento na íntegra.



PARTICIPE
Atividades em defesa da luta antimanicomial são promovidas pela Comissão e Núcleos de Políticas Públicas no CRPRS. Acesse crprs.org.br/atividades, acompanhe a agenda e participe.

Manifestações durante o Fórum Social Mundial

O CRPRS participou de mobilizações estratégicas durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, pedindo não ao retrocesso nas políticas nacional e estadual de saúde mental. As atividades contaram com a participação de militantes do movimento da luta antimanicomial.



Ângela Ruschel

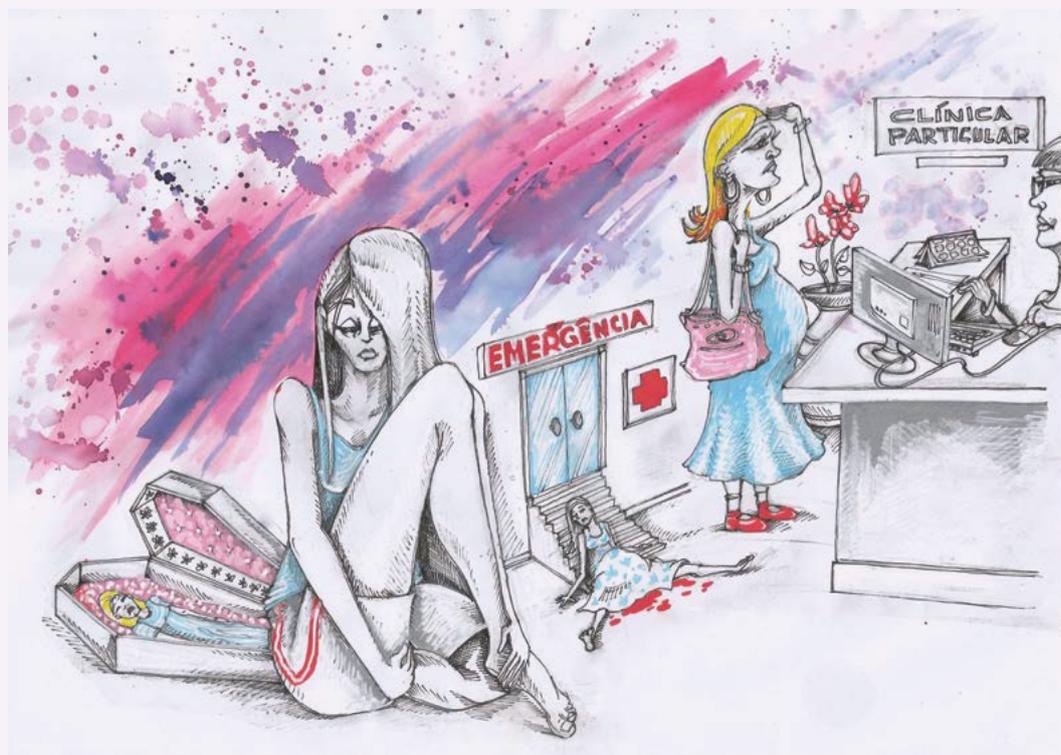
Psicóloga do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre.

Sandra Scalco

Médica do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre.

Fabiola Papini

Militante do movimento da Marcha Mundial das Mulheres.



Pela vida das mulheres

O Projeto de Lei 5.069/2013, que tramita na Câmara dos Deputados, dificultará o atendimento a vítimas de violência sexual, por restringir o acesso a serviços de saúde. Hoje, no Brasil, o aborto é uma prática legal em três situações: quando há risco de vida para a mulher, em casos de feto com anencefalia ou quando a gestação for resultado de estupro.

Para entender como funcionam os serviços de aborto legalizado e os impactos da aprovação desse projeto de lei na vida das mulheres, o EntreLinhas conversou com a psicóloga Ângela Ruschel e com a médica Sandra Scalco, do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre, e com a psicóloga Fabiola Papini, militante do movimento da Marcha Mundial das Mulheres.

Como é o acesso ao serviço de aborto legal no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas?

→ **Ângela Ruschel e Sandra Scalco** – Há duas portas de entrada: as mulheres vítimas de violência são acolhidas na emergência do Centro Obstétrico do Hospital, e

as crianças e adolescentes, na Emergência Pediátrica e/ou pelo Crai (Centro de Referência ao Atendimento Infanto-Juvenil). E então os casos de gravidez decorrente de estupro são encaminhados à equipe multidisciplinar do ambulatório, que fará a avaliação e o acompanhamento da situação.

De que forma a Psicologia atua nesses serviços?

→ **Ângela** – Os casos que exigem avaliação da equipe multidisciplinar são os de violência sexual. Nessas situações, a psicologia atua acolhendo o sofrimento das mulheres, avaliando os sintomas psíquicos reativos da violência e buscando a elaboração da situação traumática. Nos casos de gravidez decorrente da violência, a vítima é informada de seus direitos legais e das suas possibilidades de escolha. Caberá ao psicólogo trabalhar a elaboração da decisão pela interrupção ou pelo seguimento da gravidez, levando em conta os valores e as crenças da mulher. Nos casos de crianças e adolescentes, será necessária uma escuta dos pais e/ou responsáveis, articulando uma decisão compartilhada, de acordo com as responsabilidades legais de representação ou assistência exigidas por lei. Na discussão da equipe multidisciplinar, o psicólogo abordará com os demais profissionais os aspectos psicológicos avaliados, seu parecer sobre o encaminhamento do caso e necessidades de acompanhamento terapêutico.

Como você avalia o acesso aos serviços de aborto legalizado hoje no Brasil?

→ **Fabiola Papini** – Teoricamente, qualquer maternidade em hospital público deveria realizar o acolhimento e o atendimento das mulheres que recorrem ao abortamento legal. Mas, as dificuldades de interrupção de gestação são maiores para aquelas que vivenciam o estupro. A portaria do Ministério da Saúde nº 1.145, de 07 de julho de 2005, que dispõe sobre o Proce-

dimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde, representou um avanço significativo. Ao valorizar a palavra da mulher, garantir o sigilo e o cuidado a partir de uma equipe multiprofissional, a portaria rompe com a submissão dos profissionais da saúde à autoridade policial. Para além de atos legais e normativos, a realidade apresentava-se desafiadora e complexa.

O cenário de maior desassistência à saúde das mulheres que sofrem estupro sobrecarrega as que vivem no campo e nas periferias (negras e pobres). Elas são invisíveis, não aparecem nas estatísticas e nas notificações. Ampliar o debate sobre o aborto implica reconhecer que milhares de mulheres recorrem à clandestinidade para a interrupção de uma gravidez indesejada e morrem, sendo legal ou ilegal tal prática.

Como ocorre e qual a importância do trabalho multidisciplinar nesse serviço? Como a questão do aborto é debatida entre a equipe?

→ **Ângela e Sandra** – A equipe multidisciplinar é composta por médica ginecologista e obstetra, psicóloga, assistente social e enfermeira. Em nosso serviço, as mulheres são acolhidas pela enfermagem e imediatamente agendadas para as demais especialidades. São casos complexos, que exigem urgência, e a abordagem multidisciplinar torna o atendimento mais humanizado, ao possibilitar um olhar amplo e integrado das diversas áreas frente às questões que se apresentam. Cada área aborda suas especificidades, e a paciente é informada so-



LEIA MAIS

Em setembro de 2015, o CRPRS participou da “Primavera do direito ao corpo e à vida das mulheres”, iniciativa que integrou a IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, em Santana do Livramento. Acesse <http://bit.ly/1mi0Jvq> para ler documento produzido durante o evento “Somos clandestinas, estamos em marcha, seremos livres! Documento da Primavera pelo Direito ao Corpo e a Vida das Mulheres”.



PARTICIPE

Discussões sobre aborto e sobre o PL 5.069/2013 são feitas nas Comissões e Núcleos de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRPRS. Acompanhe a agenda de reuniões nas sede e subsedes pelo crprs.org.br/atividades e participe.

bre seus direitos e questões legais relacionadas ao procedimento. Há casos em que os profissionais fazem o atendimento em conjunto devido às singularidades do mesmo. Após as entrevistas, a equipe se reúne para discussão, e os aspectos de cada área são analisados levando em consideração a garantia do direito de escolha pela paciente na resolução da situação. A dinâmica de trabalho em equipe é também protetiva para os profissionais na medida em que há uma interação que facilita a elaboração em grupo dos seus questionamentos.

De que forma aspectos morais, éticos e/ou religiosos cercam o tema aborto?

→ **Fabiola** - Uma sociedade democrática deve aprofundar a garantia de direitos e o respeito à diversidade religiosa, cultural, de gênero e raça. Ao assumir a dimensão de Estado Laico, entende-se que os valores de nenhuma religião deverão orientar suas ações. O compromisso de muitos parlamentares, ao contrário, tem sido legislar na defesa de convicções religiosas de setores da população brasileira. Impor uma moral religiosa específica a todas as cidadãs e cidadãos, não respeitando diferentes crenças, é desastroso - no espaço legislativo, na escola, no hospital, no trabalho.

Há muito mito envolvendo o tema do aborto, e eles precisam aparecer. Infelizmente o Congresso Nacional não tem conseguido dar respostas à realidade vivida pelas mulheres.

→ **Ângela e Sandra** - Nos casos de interrupção legal da gestação surgem, em primeiro lugar, questões éticas, morais e

religiosas das próprias mulheres, que se deparam com a necessidade de uma decisão que muitas vezes, em tese, vai contra suas próprias crenças. Muitas pacientes que pensavam e até planejavam ser mães, mas nunca imaginavam passar por uma situação de violência, sentem-se fragilizadas, não somente pela violência que sofreram, mas por uma espécie de “sentimento de horror” em relação ao próprio corpo, tendo uma gravidez como seqüela. São diferentes aspectos que precisam ser avaliados e trabalhados para que cada mulher possa tomar sua decisão da melhor maneira possível, optando pelo desfecho com menor dano para si própria. Há também a questão de objeção de consciência - alegação de impedimento ético, moral ou religioso por parte dos profissionais para realização do aborto. Nesse caso, o profissional ligado à instituição não deverá fazer parte da equipe que avalia ou acompanha o processo e cabe à instituição sensibilizar, capacitar e organizar o serviço de forma que os direitos das mulheres estejam garantidos. Existe ainda uma terceira consideração, não menos importante, que é a necessidade contínua dos profissionais envolvidos de reformular conceitos na construção do processo.

Que impacto o Projeto de Lei 5.069/2013, se aprovado, terá na vida das mulheres?

→ **Fabiola** - As conquistas dos últimos anos são fruto de um longo percurso de luta das mulheres. A promulgação da Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13), pela presidenta

Dilma, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é um exemplo. A lei prevê, dentre outros procedimentos, o “amparo médico, psicológico e social imediatos”; “a profilaxia das DSTs”; “o fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis”; e, também, a “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez” (acesso à pílula do dia seguinte).

Na contramão da história, o PL 5.069, que tem como um dos autores Eduardo Cunha, cria diversos empecilhos para o acesso aos serviços de saúde voltados às mulheres vítimas de violência sexual. Obriga a realização de boletim de ocorrência em delegacia e do exame de corpo de delito no IML para comprovar o estupro. Prevê uma alteração do Código Penal, aumentando a pena para os profissionais da saúde que informarem às mulheres sobre procedimentos abortivos, inclusive muitos dos apoiadores e idealizadores do projeto já consideram a pílula como abortiva. Quer dizer, os profissionais da saúde terão suas ações restringidas e novamente estarão submetidos à ordem jurídica para atuar diante de casos que exigem respostas rápidas. Novamente a palavra da mulher não valerá. O “não” diante da violência sexual não bastou. Sua palavra será questionada pelo Estado, que submeterá o corpo violado a nova exposição em busca de provas. O intuito do projeto é dificultar ainda mais o acesso ao aborto legal, já que muitas mulheres, por falta de

informação, desconhecem o direito a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Para além das vítimas de estupro, todas as mulheres serão afetadas e os profissionais de saúde também. É preciso legislar em busca de ampliação de direitos e garantias constitucionais e não no controle do corpo, da vida das mulheres e das práticas em saúde - como querem aqueles que se privilegiam das relações desiguais.

→ **Ângela e Sandra** – Sim, o PL 5.069 prejudica os cuidados em saúde, inverte a ótica do cuidado e representa um retrocesso social. Quando uma mulher chega para uma interrupção legal da gestação é porque todo o sistema preventivo falhou: houve a violência (falha na segurança) e a vítima não procurou ajuda em um serviço referência e/ou de emergência, por medo, vergonha, constrangimento ou ainda por desinformação. Muitas mulheres escondem a violência que sofreram e chegam nos serviços de saúde grávidas de um estupro e com sintomas psíquicos sérios: quadros depressivos graves, estresse pós-traumático e inclusive risco de suicídio. A busca de atendimento após uma violência sexual e a possibilidade de uso imediato das profilaxias de DST/HIV e anticoncepção de urgência (pílula do dia seguinte) possibilitam prevenções de maiores danos físicos e também psíquicos. O PL 5.069, na forma que se apresenta, dificulta inclusive o acesso à informação e, por conseguinte, o exercício de um direito humano de cuidados de saúde e profilaxia na redução de danos em situação de vulnerabilidade e violência.



LEIA MAIS

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) está realizando, por deliberação do CNP (Congresso Nacional de Psicologia), pesquisa nacional para a produção de Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas e Psicólogos em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Reprodutivos. Acesse crprs.org.br/crepop e saiba mais.

Ações do Núcleo do Sistema Prisional acerca do trabalho e os diferentes modos de atuação dos/as psicólogos/as no contexto penal



Acesse crprs.org.br/entrelinhas72 e leia nota na íntegra.



PARTICIPE
Reuniões dos Núcleos do Sistema Prisional da Sede e Subsedes acontecem periodicamente. Acesse crprs.org.br e acompanhe agenda.

A suspensão da Resolução 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia, que trata da atuação dos/as psicólogos/as no Sistema Prisional, tem gerado o recrudescimento da problemática relacional entre Poder Judiciário e Psicologia, em função das avaliações psicológicas. Para dirimir as dúvidas referentes ao posicionamento profissional, o Núcleo do Sistema Prisional (NSP), espaço de discussão permanente promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do RS, em suas sede e subsedes, com a coordenação da área técnica, tem se debruçado sobre a construção e a execução de ações de trabalho que visam ao diálogo com os membros e as instituições atuantes no sistema penal.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido desde maio de 2015, com o objetivo de contemplar as demandas da categoria em relação às solicitações de avaliação psicológica por parte do Judiciário, as quais divergem dos limites técnicos da profissão. Também, tem a intenção de proceder na aproximação e na discussão com o Sistema de Justiça sobre a necessária prioridade às ações voltadas ao cuidado da saúde e ao desenvolvimento das pessoas presas, efetivando o que compete aos/as psicólogos/as, conforme atribuições constantes na Lei Complementar nº 13.259/2009 do Estado do RS.

Para a Psicologia, a ferramenta técnica e o saber científico, principalmente neste cenário, devem estar a serviço da saúde e do desenvolvimento das pessoas, constituindo-se parâmetro técnico e contingencial para traçar ações de acompanhamento dos

sujeitos em questão. Entretanto, na forma como são tensionados atualmente, os pareceres podem apresentar resultados não fidedignos ou delegar responsabilidades extraordinárias a quem os elaborou, situação já vivida por psicólogos/as. Além disso, entendemos que há prejuízos para a saúde mental do/a trabalhador/a, pois o processo de avaliação e de produção de documentos no sistema prisional vem se configurando uma experiência de trabalho extremamente frustrante, considerando que os resultados são da ordem da impossibilidade de um desfecho transformador e estão a serviço da manutenção de práticas punitivistas e da perpetuação de um sistema social que apenas produz mais criminalidade.

Dessa forma, tratando-se de um cenário complexo, o CRP coloca-se à disposição para trabalhar conjuntamente. As ações realizadas até o momento contam com a Nota Técnica de orientação aos/as psicólogos/as na atuação profissional no sistema penitenciário; com reuniões de aproximação e diálogo com as instituições e atores do sistema penal (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Susepe, Cress, Fórum Interinstitucional Carcerário, Secretaria da Saúde do Estado e Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa); com desenvolvimento de projeto para ampliação do trabalho com vistas à transformação da realidade prisional; com composição de GT do CFP na temática.

Núcleo do Sistema Prisional do CRPRS

Clínica da Infância

Sou psicóloga desde 2004 e foi na faculdade ainda, em tempo de estágio, que soube do meu desejo, interesse e carinho pelo atendimento infantil. Hoje, com titulação de especialista na área da infância e adolescência, dedico-me a trabalhar nessa área clínica muito específica e que demanda muito do profissional que nela atua.

Trabalhando na área clínica com ênfase na infância é necessário considerar muitas questões técnicas, teóricas e pessoais também. O atendimento infantil ainda sofre com o desconhecimento e, portanto, com preconceitos importantes. Isso pode levar a uma cronicidade de situações de sofrimento infantil, uma vez que não são reconhecidos. Se considerarmos que a infância é um fenômeno social o qual passou a existir a partir de um momento da história, a psicoterapia infantil também, ela ainda caminha no sentido de consolidar seu espaço social, assim como a infância o fez uma vez.

Tecnicamente o exercício de atendimento infantil exige da capacidade de pensar do psicoterapeuta e do seu corpo também. Sinto isso com o passar dos anos, nos joelhos e nas costas. Não se pensa sobre

isso quando se é estudante.

Outro ponto importante de se considerar nessa prática específica, e o qual sempre chama muita atenção na minha rotina, é a relação necessária com outros profissionais e instituições, além das figuras parentais, absolutamente fundamentais para que o tratamento seja viável. Do meu ponto de vista, em se tratando de psicoterapeuta infantil, buscar conhecimentos de outras áreas para poder pensar e compreender as demandas dos pequenos pacientes é um ponto-chave, ou seja, não podemos nos encerrar na psicologia quando tratamos de crianças. Todas essas variáveis se conjugam com a necessidade de formação e psicoterapia pessoal, caminho que sigo há anos.

Minha prática busca considerar todos esses pontos, contudo não deixa de lado a beleza e o potencial diário que é trabalhar com esse público pequeno com tanto potencial. Estar junto em momentos de descobertas e desenvolvimento é uma das partes mais emocionantes do trabalho: poder observar de forma ativa uma criança se havendo com suas questões e perceber todas as suas possibilidades é absolutamente inspirador e desafiador.



Bibiana Godoi Malgarim
Psicóloga (CRP
07/13403)
Doutoranda PPG
Psiquiatria UFRGS
Mestre em Clínica
Infantil
Especialista em
Psicoterapia
Psicanalítica de Crianças



PARTICIPE!

Você também quer compartilhar sua experiência como psicólogo/a? Envie um relato para **imprensa@crprs.org.br** destacando sua prática. Os textos serão avaliados pela Comissão Editorial do EntreLinhas e poderão ser publicados nas próximas edições do jornal.

Psicologia, Política e Estado em ano de eleições



O livre exercício de uma profissão é um direito assegurado pelo artigo 5º da Constituição federal. Uma vez que o desenvolvimento de uma atividade profissional pode ocasionar risco à segurança, agravos à integridade física e à saúde de indivíduos e de coletividades, o exercício profissional está condicionado ao atendimento de critérios estabelecidos em lei. O Estado brasileiro concede aos Conselhos Profissionais o poder de polícia. É deles o poder, e o dever, de verificar se aquele que exerce uma profissão atende aos pré-requisitos para o exercício desta, bem como de orientar a atuação na área e aplicar as sanções previstas em caso de descumprimento das regras vigentes. Os Conselhos são entes do Estado responsáveis por defender a sociedade das profissões.

No contexto da redemocratização do Estado brasileiro, os conselhos profissionais passam a integrar o conjunto de atores sociais que lutam pela defesa da execução de políticas públicas, pela efetivação das conquistas asseguradas pela Constituição de 1988 e pela construção do Estado

Democrático de Direito no Brasil. Os Conselhos começam a trilhar um percurso de atuação no qual as profissões passam a defender a sociedade. Ao apresentar o eixo Políticas Públicas, o caderno de propostas oriundas do VIII Congresso Nacional da Psicologia ressalta que “o projeto que se vem construindo para a Psicologia não é restrito à profissão, mas mantém relação intrínseca com as questões sociais e políticas”.

Nesse eixo são apresentadas as posições defendidas pelo Sistema Conselhos para temas como álcool e outras drogas, direitos humanos, mobilidade humana, populações LGBTT, ato médico, terceirização dos serviços públicos, redução da maioria penal, entre outros.

Recomendamos a leitura atenta do eixo Políticas Públicas. Destacamos os compromissos nele firmados, de se estabelecerem parâmetros para a atuação profissional qualificada nesse campo, e o convite aos/às psicólogos/as a participarem ativamente da construção e do “desenvolvimento de um projeto ético-político para a profissão”. Tal desenvolvimento

“inclui e perpassa as relações da Psicologia com a sociedade e com o Estado”.

No ano de 2016, acontecerão as eleições municipais, nas quais serão eleitos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o Brasil. Em 2012, as eleições municipais mobilizaram mais de 115 milhões de eleitores. Em 2016 também vão acontecer as eleições para os Conselhos Regionais de Psicologia e as etapas regionais, estaduais e federal do Congresso Nacional da Psicologia. É de suma importância que os/as 269.780 psicólogos/as do país e os 18.033 psicólogos/as do Rio Grande do Sul se envolvam nos processos, pois é deles que emergirão os representantes e as pautas a serem priorizadas pelos próximos anos. São esses os espaços legítimos para darmos seguimento à construção de ações do Estado “equânimes, comprometidas com a defesa da vida, o respeito à diversidade, aos Direitos Humanos.”



SAIBA MAIS:
Acesse crprs.org.br/crepop e saiba mais.

Parecer do CRPRS sobre avaliação psicológica

A avaliação psicológica é entendida como processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos (Resolução CFP nº 007/2003).

A avaliação psicológica é um processo de base técnica e científica que não fica condicionado a uma interpretação arbitrária do/a psicólogo/a. Esse processo deve ser imparcial e fidedigno em seus resultados, independentemente do/a psicólogo/a que o realiza. Um processo de avaliação psicológica bem feito é capaz de prover informações importantes para o desenvolvimento de hipóteses que levem à compreensão das características psicológicas de uma pessoa ou de um grupo. O que define a validade e a fidedignidade de uma avaliação psicológica é a escolha adequada de instrumentos e técnicas psicológicas reconhecidas no âmbito da profissão, bem como o domínio destes e preparo técnico do avaliador.

Em relação à subjetividade, deve-se considerá-la característica inerente à condição humana, fazendo-se pre-

sente tanto no/a avaliador/a quanto no avaliado. A subjetividade do avaliado é, na grande maioria das demandas de avaliação, um dos componentes requisitados a ser investigado. Sua averiguação ocorre por meio da utilização de técnicas, tais como instrumentos projetivos, entrevistas e observações. A subjetividade do/a avaliador/a não deve interferir na obtenção de dados em quaisquer etapas da avaliação psicológica, e, justamente por isso, o processo deve ser bem planejado em termos de tempo, recursos técnicos disponíveis e etapas necessárias. Em um processo estruturado e fundamentado técnica e teoricamente, não é possível ao profissional emitir opinião pautada em juízo de crenças e em valores pessoais. Logo, o/a profissional deve estar amparado/a cientificamente para emitir parecer técnico sobre o fenômeno investigado.

Não é possível, de acordo com o exposto, excluir os fatores subjetivos de um processo de avaliação psicológica. Ou seja, os fatores subjetivos estarão sempre presentes em uma avaliação face ao seu objeto. No entanto, esses fatores não interporão prejuízo à avaliação psicológica, desde que esta seja realizada com o rigor científico, técnico e metodológico.



ÁREA TÉCNICA DIVULGA RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2015

Está disponível na Área de Transparência do site crprs.org.br/transparencia relatório de atendimentos realizados pela Área Técnica do CRPRS em 2015. No ano de 2015, foram prestadas 4.423 orientações técnicas aos/as psicólogos/as, em atendimentos presenciais, por e-mail ou por telefone. O levantamento das orientações e fiscalizações realizadas pela Área Técnica do CRPRS é fundamental para conhecer o perfil dos/as psicólogos/as do Rio Grande do Sul, compreender quais são e como se desdobram as dificuldades e os desafios enfrentados por eles/elas no exercício profissional e elaborar, a partir disso, projetos que atendam aos anseios e às necessidades da categoria.



agenda

Cursos

Especialização em Psicologia Escolar
Início em 25/03/2016
Porto Alegre/RS
Informações: cape@capepsi.com.br

Especialização em Neuropsicologia - Avaliação e Reabilitação
Início em 12/03/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Especialização em Psicologia do Trânsito (Pós-Graduação Lato Sensu)
Início em 05/03/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Especialização em Psicologia Clínica (Ênfase na Integração de Técnicas Psicoterapêuticas)
Início em 15/03/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3346-6588
ifpessoa@terra.com.br
www.institutofernandopessoa.com.br
www.ibgen.com.br

Especialização em Terapia Sistêmica com Indivíduos, Casais e Famílias
Março de 2016 a março de 2018
Pelotas/RS
Informações: (53) 9151-1017
josiespanton@hotmail.com

Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Início em 08/04/2016
Caxias do Sul/RS
Informações: (54) 2101.6048
mozara.rossetti@fsg.br

Especialização em Saúde Mental e Trabalho
05/04/2016 a 14/10/2017
Porto Alegre
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/especializacao

Especialização em Saúde Mental e Redes de Atenção Integral
15/04/2016 a 21/01/2018
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/especializacao

Especialização em Psicologia da Criança e do Adolescente
08/04/2016 a 29/01/2018
São Leopoldo/RS
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/especializacao

Especialização em Atenção a Usuários de Alcool e outras Drogas
06/04/2016 a 10/12/2017
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/especializacao

Pós Graduação em Mediação, Conciliação e Arbitragem
Início em março de 2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3051-4926
imepp@imepp.com.br
www.imepp.com.br

MBA em Gestão de Recursos Humanos
30/03/2016 a 07/08/2017
Modalidade EAD
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/mba

MBA em Gestão do Comportamento Organizacional
07/04/2016 a 04/09/2017
Porto Alegre, São Leopoldo e Caxias do Sul/RS
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/mba

MBA em Gestão de Pessoas
28/04/2016 a 30/09/2017
Bento Gonçalves/RS
Informações: (51) 3591-1200
minhapos@unisinos.br
www.unisinos.br/mba

Formação em Avaliação Psicológica Organizacional e Clínica
19/03 a 17/12/2016 (1 encontro mensal)
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Formação em Medicina Psicossomática
Inscrições até 10/04/2016 | 17/04/2016 a 13/08/2016
Caxias do Sul/RS
Informações: recriar@recriar.net.br

Mediação de Conflitos: Novo Paradigma à Construção da Paz
10/03 a 10/11/2016 (módulo teórico)
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3222-61345
info@clipmed.com.br
www.clipmed.com.br

Teste Pirâmides de Pfister na Avaliação da Personalidade Crianças e Adolescentes
31/03/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Capacitação em Avaliação Psicológica para Cirurgia Bariátrica
01/04/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Técnicas de Recrutamento e Análise de Currículo
07/04/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Avaliação Psicológica com foco na Personalidade
08/04/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Avaliação Psicológica (Psicossocial) conforme as NR 20, NR 33 e NR 35 (Brigada de Emergência, Espaço Confinado e Trabalho em Altura)
09/04/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Olhando o Bebê Através da Mãe: O que Envolva este Encontro?
09/04/2016
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

Adolescência: Etapa de Transformação e Construção
11, 18 e 25/04/2016
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

[] ausente [] endereço insuficiente
[] falecido [] não existe o número indicado
[] recusado [] desconhecido
[] não procurado [] inf.porteiro/síndico
[] mudou-se [] outros (especificar)

_____/_____/_____
data rubrica do responsável

VISTO

Casais Grávidos
13 a 20/04/2016 (quartas-feiras)
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

Técnica de Zulliger na Avaliação da Personalidade Forma Individual (Exner) e Coletiva (Klopfer)
15/04 e 13/05/2016
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Entrevista por Competências (Incluso 250 perguntas)
15/04/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Técnica de Psicoterapia Psicanalítica para Iniciantes
25/04 a 27/06/2016 (segundas-feiras)
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

Atualização em Testes Psicológicos
28/04/2016
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Elaboração de Laudo e Parecer nas Áreas Clínica, Organizacional e Jurídica
21/05/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Teste Palográfico Avançado
21/05/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Os contos de fadas na constituição do psiquismo
11 e 25/06/2016
Porto Alegre / RS
Informações: (51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

WISC IV - Escala Wechsler de Inteligência para Crianças
17/06/2016
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Congressos e Colóquios

16º Congresso de Stress
Inscrições até 31/05/2016 | Realização de 21 a 23/06/2016
Porto Alegre
Informações: stress@ismabrazil.com.br

12º Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades
08 a 10/06/2016 (inscrições até 15/05/2016)
Campina Grande / PB
Informações: (83) 3322.3222
contato@portalrealize.com.br
www.generoesexualidade.com.br